



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

(Vinculada ao Ministério das Comunicações)

INDICE

página

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2012;	5
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;.....	5
3. Eleição de membros do Conselho de Administração;.....	6
4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;	6
5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;.....	6
1.RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012.....	7
1.a COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO	7
10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais	7
10.1. Comentários dos diretores sobre:	7
a. condições financeiras e patrimoniais gerais.....	7
b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:.....	10
c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:.....	10
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:	10
e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:.....	10
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:	11
g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:.....	13
h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.....	13
10.2 – Resultado operacional e financeiro.....	15
10.2. Comentários dos diretores sobre:	15
a. resultados das operações da Companhia.	15
b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:	16
c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor	16
10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis	16
10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:.....	16
a)introdução ou alienação de segmento operacional.....	16
b)constituição, aquisição ou alienação de participação societária	16

c) eventos ou operações não usuais	17
10.4. Comentários dos diretores sobre:	17
a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2012.	17
b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2010 e 2011 e 2012.	17
c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2012: ..	17
c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2011: ..	20
10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros): ..	21
10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	24
10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:	24
a – Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.	24
b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente	24
10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	25
10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:	25
a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados	25
b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição	25
c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.....	25
10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.....	25
10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:	25
10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.....	25
10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:.....	25
10.10 – Plano de Negócios	26
a) Investimentos, incluindo:	26
b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia:.....	28
c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços e incrementos:	28
10.11 - Outros fatores com Influência relevante	29
2.a.PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO	30

3.a.ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	34
4.a.ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTE.....	40
5.a.FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL	47
Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009.....	48
13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES	48
13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:.....	48
a) Objetivos da política ou prática de remuneração;	48
b) Composição da remuneração:	48
c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;	50
d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho..	50
e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;	51
f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos	51
g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.....	51
13.2. Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:.....	51
13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:.....	55
13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:	55
13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:	55
13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:	56
13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de	

exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social: . 56

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de aquisição; e (iii) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas: 56

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo: 57

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários: 57

13.11. Conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação aos 3 últimos exercícios sociais: 57

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia): 58

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto..... 58

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados: 59

13.15. Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos: 59

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes: 59

Proposta da Administração da Telebras a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 04/04/2013, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia **04/04/2013**:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2012;

A administração da Telebras propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2012, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados em 28/02/2013 pelo Conselho de Administração. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Telebrás, encontram-se disponíveis no site da Telebrás e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado;

A administração da Telebras propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2012, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração;

A administração da Telebrás propõe que sejam eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração, indicados pelo acionista controlador, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2014:

Nome

CEZAR SANTOS ALVAREZ
CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES
MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
DEMI GETSCHKO

4. Eleição de membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

A administração da Telebrás propõe que sejam eleitos os seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, indicados pelo acionista controlador, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2014:

Efetivo

Ulysses Cesar Amaro de Melo
Luciana Cortez Roriz Pontes
José Cordeiro Neto

Suplente

Francisco do Nascimento Dantas
Marcelo Mendes Barbosa
João Carlos Ferreira

5. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;

A administração da Telebrás propõe o valor de remuneração para a Administração e Conselho Fiscal da seguinte forma: verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$ 328.938,36; (ii) para a Diretoria, no valor de até R\$ 2.760.754,98; e (iii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$ 206.560,44, perfazendo um total global anual de R\$ 3.296.253,78.

O aviso aos acionistas, colocando à disposição a documentação relativa ao item 1 da ordem do dia, foi publicado na forma da lei e encontra-se disponível na Internet no site: www.telebras.com.br.

Brasília-DF, 1 de março de 2013.

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 1

**1.RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012**

Senhores Acionistas,

- 1) O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2012, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relacionamento com o Mercado, no Setor Comercial Sul – Quadra 09 – Bloco B – Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B – 3º andar – Brasília - DF, no site da Telebras no endereço abaixo:

www.telebras.com.br

e nos da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e CVM (www.cvm.gov.br).

1.a COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A seguir, os Comentário da Administração, relativos ao item 10 do Formulário de Referência, anexo da Instrução CVM 480/09, em atendimento ao art. 9, inciso III da Instrução CVM 481/09

10.1. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10.1. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

- **Estrutura patrimonial**

No encerramento do exercício de 2012, ficam evidentes as expressivas variações ocorridas na estrutura patrimonial da Empresa.

A evolução do Ativo Total, que representa o conjunto de bens e direitos à disposição da Sociedade apresentou evolução da ordem de 9,8% em 2012.

Essa evolução decorre da entrada de novos recursos do acionista controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

Ressalte-se, no entanto, que enquanto os itens do ativo não circulante apresentaram evolução da ordem de 77,4% o ativo circulante apresentou decréscimo de 8,9% refletindo a transferência de recursos desse grupo para o grupo do imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 174,4% no exercício.

Essa evolução do imobilizado, que já representa 21,9% do total do ativo da Empresa reflete o esforço que esta dispendeu no sentido de implantar seus projetos de atendimento do Programa Nacional de Banda Larga e outros cuja natureza é considerada estratégica pelo Acionista Controlador.

- **Estrutura de Financiamento**

Pode-se afirmar que as alterações foram mais expressivas contribuindo para a melhoria qualitativa do patrimônio da Empresa.

O passivo circulante apresentou decréscimo de 72,9% no período em decorrência da incorporação de R\$ 300 milhões ao capital social da empresa e também pela reclassificação de passivos contingentes em função das avaliações efetuadas pela Gerência Jurídica nos processos em que a Telebras figura no polo passivo. Essas avaliações implicaram em mudanças expressivas no perfil das dívidas prováveis desses processos.

Além disso, houve a obtenção de resultado positivo da ordem de R\$ 40,7 milhões, que representam 152% do patrimônio líquido da Empresa apurado em 31 de dezembro de 2011.

A estrutura patrimonial, suas principais alterações e índices de evolução podem ser visualizados na tabela a seguir:

Em milhões de Reais

Rubricas	Exercícios Findos em:							
	2012			2011			2010	
	Valor	AV %	Δ%	Valor	AV %	Δ%	Valor	AV %
Ativo Circulante	641,3	65,0	(8,9)	703,9	78,3	119,3	320,9	71,7
Ativo Não Circulante	345,5	35,0	77,4	194,7	21,7	54,3	126,2	28,3
Imobilizado	216,2	21,9	174,4	78,8	8,8	1.860,0	4,0	0,1
Ativo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0	100,9	447,1	100,0
Passivo Circulante	180,6	18,3	(72,9)	666,6	74,2	563,3	100,5	22,4
Passivo Não Circulante	543,7	55,1	75,4	310,0	34,5	(17,7)	376,4	84,2

Passivo Exigível	724,3	73,4	(25,8)	976,6	108,7	104,8	476,9	106,6
Patrimônio Líquido	262,5	26,6	436,5	(78,0)	(8,7)	161,7	(29,8)	(6,6)
Passivo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0	100,9	447,1	100,0

AV % = Participação percentual em relação ao agregado superior base 100%.

Δ% = Evolução % em relação ao ano anterior

Depreende-se da tabela acima que a estrutura patrimonial foi afetada de maneira positiva em termos de endividamento, uma vez que em 2011 o Passivo Exigível (Capitais de Terceiros) representava 108% do Ativo Total (Bens e Direitos) e em 2012 o mesmo passou a representar 73,4% do total do ativo, enquanto o Patrimônio Líquido (Direitos dos Sócios) passou a representar 26,6%.

Com a incorporação de recursos ao capital social ocorrida em 2012 o endividamento de curto prazo também caiu de forma expressiva e o passivo circulante que correspondia a 74,2% do ativo passou a representar 18,3%, implicando em melhores condições de liquidez.

Conclui-se então que as expressivas alterações verificadas tanto na estrutura de investimentos e aplicações, quanto na estrutura de financiamento continuarão a ocorrer em função do forte esforço para o direcionamento dos recursos disponíveis para investimento na rede nacional, até a sua consolidação.

- **Estrutura econômica**

Em milhões de Reais

Rubricas	Exercícios Findos em:					
	2012		2011		2010	
	Valor	AV %	Valor	AV %	Valor	AV %
Receitas Operacionais	64,3	158,0	9,5	19,8	27,2	195,7
Despesas Operacionais	(68,4)	(168,0)	(54,6)	(114,0)	(36,6)	(263,3)
Resultado Antes do Resultado Financeiro	(4,1)	(10,0)	(45,1)	(94,2)	(9,4)	(67,6)
Resultado Financeiro	44,8	110,0	(2,8)	(5,8)	(3,7)	(26,6)
Provisões Fiscais	-	-	-	-	(0,8)	(7,6)
Resultado do Exercício	40,7	100,0	(47,9)	100,0	(13,9)	100,0

Destaque para o lucro da ordem de R\$ 40,7 milhões verificado em 2012, contra prejuízo de R\$ 47,9 milhões de 2011. Referido resultado é representado em mais de 100% pelas receitas financeiras auferidas no período, fruto da adoção de uma política mais agressiva adotada observando o que estabelece a legislação específica, aplicável às empresas estatais.

O resultado obtido representa 17% do Patrimônio Líquido apurado ao final do exercício traduzindo-se em boa rentabilidade para os capitais próprios.

Cumprir destacar ainda que o resultado apurado não será objeto de distribuição aos acionistas, mas será integralmente utilizado para amortizar os

prejuízos acumulados apurados em exercícios anteriores, como forma de fortalecer o patrimônio da empresa e dos investidores.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

(i) hipóteses de resgate:

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social. A Empresa é uma Sociedade de Economia Mista, cujo acionista controlador é o Governo Federal. Em processo de cisão parcial ocorrido em 1998, não houve o resgate de seus valores mobiliários, que continuaram sendo negociados no mercado de balcão das principais Bolsas de Valores do País.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 719,5 milhões. Está representado por ações ordinárias e ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurado prioridade no recebimento de dividendos de acordo com o estatuto social da Companhia. Não há possibilidade de resgate de ações, exceto nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o resgate far-se-á pelo seu valor econômico a ser calculado à época com base na cotação média.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes é mais que suficiente para a cobertura dos compromissos de curto prazo assumidos uma vez só esse grupo representa 219% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa, e ainda gera receitas financeiras que garantem o financiamento de grande parte das atividades operacionais e de investimentos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No exercício de 2012, a TELEBRÁS contou como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos em ativos operacionais, com recursos próprios que haviam sido transferidos pelo Acionista Controlador (União), para futuros aumento de capital, em exercícios anteriores.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já comprometidos e a comprometer. Caso seja necessário captar recursos para financiamento de suas atividades de investimentos em ativos não circulantes a mesma recorrerá ao mercado

financeiro e de capitais, contando ainda com fontes de recursos para aumento do capital social oriundas do acionista controlador.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

RUBRICAS	2012		2011		2010	
	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	PART. %	R\$ MIL	Part. %
DISPONIBILIDADES	577,1	90,0	635,3	90,3	280,2	87,3
OUTRAS CONTAS A RECEBER	64,2	10,0	68,6	9,7	40,6	12,7
ATIVO CIRCULANTE	641,3	100,0	703,9	100,0	320,8	100,0
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRAB.	8,9	1,4	7,6	1,0	7,4	2,3
FORNECEDORES	75,7	11,8	44,6	6,3	1,8	0,5
CONTINGÊNCIAS PASSIVAS	17,5	2,7	254,5	36,2	32,7	10,2
OUTROS PASSIVOS	78,5	12,2	359,9	51,1	58,6	18,2
PASSIVO CIRCULANTE	180,6	28,2	666,6	94,7	100,5	31,3
LIQUIDEZ CORRENTE	R\$ 3,55		R\$ 1,06		R\$ 3,19	

Os passivos circulantes da Empresa passaram em 2012 a representar 28% do volume de recursos mantidos no ativo circulante, em que as disponibilidades para uso imediato representam 90%. Portanto, as dívidas de natureza eminentemente operacional não comprometem a solvabilidade. A dívida maior está representada por passivos contingentes, cujo desfecho depende ainda de decisões judiciais, que podem variar para mais ou para menos. Contudo, a administração entende que o nível de provisões é adequado.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Pelo fato de a Empresa estar se capitalizando com o aporte de recursos do acionista controlador, não tem se utilizado de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro e não conta com contratos de financiamentos até o presente momento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica, de acordo com o descrito no item "i";

iii. grau de subordinação entre as dívidas

DESCRIÇÃO	2012	2011	2010
PASSIVO CIRCULANTE	180.626	666.560	100.480

PASSIVO NÃO CIRCULANTE	543.679	310.016	376.451
PASSIVO EXIGÍVEL	724.305	977.176	476.931

A distribuição da dívida total indica que 25% em 2012 concentram-se no passivo circulante, ante 68% de 2011. Tal alteração de subordinação decorre do fato de que em decorrência do processo de avaliação permanente dos passivos contingentes, parte expressiva da dívida de longo prazo foi transferida para o passivo circulante de companhia alterando significativamente o grau de subordinação. Além disso, ocorreu em 2012 transferência de R\$ 300 milhões para o capital integralizado, provocando a redução sensível da dívida da Empresa.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente não há estabelecimento de limites para o endividamento da Empresa. Contudo, o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites para a captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais. As operações financeiras são analisadas na relação custo/benefício.

Distribuição de Dividendos: A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se houver ainda saldos remanescentes, que permitam distribuições os mesmos são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do Estatuto Social a Administração propõe que o lucro apurado no exercício de 2012 seja utilizado integralmente para abater prejuízos acumulados apurados em exercícios anteriores.

Alienação de ativos: Deve ser feita com base no que determina a Lei 8.666, aplicável a todas as entidades e empresas do setor público federal.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do estatuto social em seus artigos 8º, 9º e 10º e orientação do acionista controlador, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa, aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Alienação de Controle Acionário: O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades o item não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ressaltamos inicialmente que houve alteração nas Demonstrações Contábeis de 2011, em função de Determinação da CVM, de forma a reclassificar os Recursos para Aumento do Capital Social para as contas do passivo exigível.

São evidenciadas a seguir as alterações significativas em itens das Demonstrações Financeiras, com base na comparação dos exercícios 2012/2011:

Rubricas	2012			2011	
	Valor	%	$\Delta\%$	Valor	%
Caixa e Equivalentes	577,1	58,5	-9,2	635,3	70,7
Tributos a Recuperar	28,6	2,9	-16,9	34,4	3,8
Depósitos Judiciais	23,6	2,4	-14,1	27,5	3,1
Outros Valores	12,0	1,2	79,1	6,7	0,7
Ativo Circulante	641,3	65,0	-8,9	703,9	78,3
Realizável a Longo Prazo	128,3	13,0	10,7	115,9	12,9
Ativo Permanente	217,2	22,0	175,6	78,8	8,8
Ativo Não Circulante	345,5	35,0	77,5	194,7	21,7
Ativo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0
Obrigações Sociais e Trab.	8,7	0,1	12,9	7,7	0,1
Fornecedores	75,7	7,7	69,7	44,6	5,0
Recursos Capitalizáveis	-	-	-100,0	300,0	45,0
Provisões	29,4	3,0	-88,5	254,5	38,2
Outros Valores	66,8	6,8	11,7	59,8	9,0
Passivo Circulante	180,6	18,4	-72,9	666,6	74,2

Recursos Capitalizáveis	164,3	16,6	40,8	116,7	12,9
Contingências e outros	379,4	38,4	96,3	193,3	21,5
Exigível a Longo Prazo	543,7	55,0	75,3	310,0	34,5
Capital Realizado	719,4	72,9	71,5	419,5	46,7
Resultado Acumulado	-456,3	-46,2	8,2	-497,1	-55,3
Outros Valores	-0,6	-		-0,4	-
Patrimônio Líquido	262,5	26,6	436,5	-78,0	-8,7
Passivo Total	986,8	100,0	9,8	898,6	100,0

% Participação em relação ao agregado superior

Δ% Evolução em relação ao ano anterior

Ativo Circulante

Disponibilidades: Redução de 9,2% em função de menor volume de ingressos de recursos para aumento de capital e maior dispêndios com investimentos de expansão.

Tributos a Recuperar: Redução da ordem de 16,9% em função de a empresa utilizar saldos de impostos a recuperar para liquidar tributos apurados, inclusive quando por meio de retenções de empregados e fornecedores de materiais e serviços.

Depósitos Judiciais: Redução de 14,1 em função de liberações autorizadas pelo poder judiciário em liquidação de ações judiciais movidas contra a Telebras.

Outros ativos circulantes: Aumento de 79,1% em função do crescimento do faturamento da empresa e também pelo registro maior volume de valores a receber da Anatel em função da constituição de provisão para o programa de incentivo por serviços prestados – PISP.

Ativo não Circulante:

Realizável a Longo Prazo: Aumento da ordem de 10,7% em função do registro de saldo a recuperar de Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações em volume mais elevado.

Imobilizado: Em função dos investimentos realizados apresentou evolução de 175,6% no exercício de 2012.

Passivo Circulante

Fornecedores: Também apresentou forte variação em função das compras de imobilizado ainda não pagas no valor de R\$ 75,7 milhões, responsáveis pela evolução verificada no saldo.

Recursos Capitalizáveis: Apresentou decréscimo de 100% em função de sua incorporação ao capital social da Telebras.

Contingências Passivas (Provisões): Após a conclusão parcial das avaliações dos processos pela área jurídica da empresa houve a transferência de expressivo volume para o passivo de longo prazo, além da reversão de provisões constituídas em períodos anteriores.

Patrimônio Líquido: Apresentou forte devido ao aumento de R\$ 300 milhões ocorrido no capital social e também pela apuração de lucros, que reduziram o os prejuízos acumulados em 8,2%

Resultado do Exercício

Em 2012 houve apuração de resultado positivo da ordem de R\$ 40,8 milhões oriundos de reversões de provisões de passivos contingentes e de maior volume de receitas financeiras.

10.2 – RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

10.2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. resultados das operações da Companhia.

RUBRICAS	EXERCÍCIOS FINDOS EM					
	2012		2011		2010	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
Receitas Operacionais	64,3	158,0	9.5	19,9	27.2	196,5
Despesas Operacionais	-68,4	-168,0	-54.6	114,0	-36.6	-264,3
Resultado antes do Resultado Financeiro	-4,1	-10,0	-45.1	-94,1	-9.4	-67,8
Resultado Financeiro	44,8	110,0	-2.8	-5,9	-3.7	-26,4
Provisão para Imp. de Renda e CSLL	-		0	0	-0,8	-5,8
Resultado do Exercício	40,7	100,0	(47.9)	100,0	(13.9)	100,0

As receitas operacionais da Telebrás apresentaram acréscimo de 576,8% no exercício. Tal variação decorre do fato de que o volume de reversões de provisões no

período foi bem superior ao volume de 2011. As despesas operacionais cresceram de forma expressiva (25%), uma vez que a empresa já incorre em gastos com utilização de infraestrutura de terceiros e alugueis de terrenos, postes e outros.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os ativos da Empresa referentes a tributos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil, são indexados pela taxa SELIC. Em 2012 as receitas decorrentes dessa indexação foram da ordem de R\$ 3,5 milhões, portanto inferiores às de 2011 (R\$ 5,3) em função da queda verificada nessa taxa.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os adiantamentos para aumento de capital recebidos do acionista controlador e registrados no Patrimônio Líquido são atualizados pela taxa SELIC, por determinação legal. A indexação desse passivo gerou uma despesa financeira de R\$ 26,2 milhões.

10.3 – EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A autorização legal não contempla novos segmentos operacionais, já que a Telebras é concessionária de serviços públicos. A Telebrás é permissionária de serviços de comunicação multimídia – SCM.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2012, a TELEBRAS, juntamente com a EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A., decidiu constituir empresa, em atenção a uma demanda de governo, mais especificamente dos Ministérios da Comunicação, Ciência e Tecnologia e da Defesa, cujos objetivos principais serão, dentre outros, maximizar a absorção e transferência de tecnologia dos segmentos espacial e terrestre pelo parque industrial aeroespacial nacional, a partir de projetos de construção de satélites; garantir, a partir destes projetos, a permanência de conhecimento tecnológico dentro do país, em mãos de empresas brasileiras; e ter a capacidade de entrega de um satélite que atenda as necessidades do Projeto Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.

Referida Empresa foi criada em 28 de maio de 2012 com capital inicial de R\$ 10 milhões, cabendo à Telebras uma participação de 49%. Por Acordo de Acionistas firmado entre as empresas ficou acertado que, no mês de julho, os acionistas da

recém-criada empresa integralizariam 30% do total do capital subscrito, tendo a Telebras integralizado a sua parte no valor de R\$ 1.470 mil naquele mês. A empresa se encontra ainda em fase pré-operacional não contando ainda com qualquer tipo de operação que possa implicar em ganhos. A partir daí, a Telebras passou a calcular as perdas apuradas nesta operação utilizando-se o método de equivalência patrimonial e registrando as variações ocorridas neste ativo contra as contas do resultado.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve a realização de operações não usuais.

10.4. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2012.

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores (Leis nº 11.638/2007 e 11.941, de 27 de maio de 2009), nos Pronunciamentos, Orientações, Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e foram examinadas por auditores independentes.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas em 2012.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2010 e 2011 e 2012.

Não houve efeitos significativos para a Empresa conforme mencionado no item “a”.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2012:

Parágrafos de Ênfase

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 142.045 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 32.838 mil relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 129.704 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 9.1, a TELEBRÁS efetuou o pagamento de R\$ 1.470 mil, em 18/07/2012, referentes a 30% (trinta por cento) inicial para integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$ 4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2012, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 1.099 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$ 371 mil foi reconhecida no resultado. As Demonstrações Contábeis da coligada estão sendo auditadas por outros auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela TELEBRÁS, Anatel e grupo de empregados da TELEBRÁS, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº 9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012. No referido acórdão os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que a TELEBRÁS adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa. A Diretoria Executiva da TELEBRÁS, ao analisar a citada decisão juntamente com a Gerência Jurídica, interpôs embargos de declaração ao referido acórdão, em 19 de dezembro de 2012, solicitando os esclarecimentos necessários, a fim de se dissiparem todas as dúvidas quanto aos direitos dos empregados da TELEBRÁS, cedidos ou não. A TELEBRÁS encontra-se aguardando o pronunciamento do TCU sobre o assunto. A Diretoria da TELEBRÁS, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a i) ratificação da extinção do PISP, ocorrida em 16/09/2011, ii) o pagamento das verbas decorrentes do PISP aos empregados que fizeram a opção entre novembro de 2010 e abril de 2011, e iii) acordo judicial com o autor da reclamatória trabalhista impetrada por um dos beneficiários do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013. Tendo em vista as decisões acima mencionadas, em 31/12/2012 a TELEBRÁS efetuou a

provisão de R\$ 11.843 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o saldo de R\$ 164.260 mil em 31 de dezembro de 2012, corrigido pela taxa selic e classificado no passivo não circulante será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$ 419.455 mil para R\$ 719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego

Conforme a nota explicativa nº 20, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em andamento, conforme dados registrados na Ata da 369ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da TELEBRÁS, de 19 de dezembro de 2012, tendo em vista o surgimento de uma decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Agravo de Instrumento nº 5020149-60.2012.404.0000/SC em 13 de dezembro de 2012 que suspendeu “qualquer ato de transferência de valores do Plano PBS-A para as patrocinadoras do Plano de Benefícios da Fundação Sistel”. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Evento subsequente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, em 21 de dezembro o Ministério das Comunicações informou à TELEBRÁS, por meio do Ofício nº 1192/12, a abertura de crédito em favor da Empresa no montante de R\$ 101.962 mil, relativos a dotações orçamentárias para cobertura das despesas da Empresa com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo 2014. Informou ainda que estaria repassando à TELEBRÁS ainda em 2012 a importância de R\$ 52.000 mil. Ocorre, porém, que os recursos foram repassados à TELEBRÁS em 15 de janeiro de 2013, no valor de R\$ 52.039 mil e serão registrados como Adiantamento Para Futuro Aumento do Capital Social. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 49.923 mil será repassado no decorrer do exercício. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Serão inseridos após a entrega do relatório dos auditores independentes.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2011:

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5 – Tributos a Recuperar, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS possui registrado em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$ 145.600 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$ 7.321 mil relativos a débitos tributários referente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidentes sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 125.640 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 11 – Programa de indenização por serviços prestados (PISP), em 2011, a TELEBRÁS cumpriu determinação do ofício do Tribunal de Contas da União - TCU dando ciência do Acórdão n.º 6767/2011 de 23/08/2011 que determinou "o prazo de 60 dias para que a TELEBRAS adotasse providências com vistas a extinguir o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, determinando que, a partir da ciência da presente deliberação, abstenha-se de admitir novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa" e do Ofício n.º 91/2011 de 09/09/2011, da lavra do Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, o qual solicitou à TELEBRAS que, em virtude das determinações do acórdão emanado pelo TCU, tome todas as medidas necessárias para extinguir imediatamente o PISP. Assim, face à determinação do TCU e do Ministério das Comunicações, a direção da empresa declarou extinto o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP, onde ficaram vedadas novas adesões ou desligamentos no âmbito do referido programa. O assunto encontra-se em análise no TCU, devido à interposição de Recurso por parte da TELEBRAS. Tendo em vista a extinção do PISP foi realizada a reversão da provisão em 2011, no valor restante de R\$ 8.712. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 – Recursos Capitalizáveis, o saldo de R\$ 416.671 em 31/12/2011 corresponde a aporte da União para a subscrição e integralização de capital, corrigidos pela taxa selic. O saldo citado será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Em função do que consta no Decreto s/nº de 11/10/2011 publicado no Diário Oficial da União – DOU de

13/10/2011 foi autorizado o aumento de capital social da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS, no montante de até R\$ 300 milhões, com emissão de novas ações, mediante repasses de créditos da UNIÃO consignados na Lei nº 12.410/11 de 26/05/2011. Foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata 131ª de 07/02/2012 da TELEBRÁS o valor de R\$ 300 milhões a ser incorporado ao capital na próxima A.G.E. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme a Nota Explicativa nº 20 – Planos de benefícios pós-emprego, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRÁS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social. As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRÁS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se encontra em análise na PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Segue abaixo o entendimento da Diretoria da Companhia com relação às suas práticas contábeis.

- ***Disponibilidades***

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente e por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 2.917, de 19/12/2001, do Banco Central do Brasil, que

estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas estatais federais. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extra mercado, que têm como meta a rentabilidade da Taxa Média da SELIC. Vide Nota Explicativa nº 4.

- ***Tributos a recuperar***

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade a saldos do imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

- ***Imposto de renda e contribuição social***

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de, imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Oportunamente, a Empresa voltará a registrar contabilmente, em função de suas novas atividades no Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

- ***Ativos realizáveis - Créditos***

Representados preponderantemente pelos i) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

- ***Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:***

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

- ***Imobilizado***

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/amortização acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

- **Provisões e obrigações trabalhistas**

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

- **Provisões para contingências**

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS na data do balanço.

- **Planos de benefícios pós-emprego**

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

- **Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- **Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

- **Receitas (despesas) financeiras**

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

- **Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações**

O prejuízo e o VPA por ação foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial.

- **Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos

sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, constituída para o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)” e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa mensalmente as estimativas e premissas da provisão para contingências e, trimestralmente, as demais provisões.

10.6 – CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR

10.6. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:

a – Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

A Telebras adquiriu e está implantando um sistema de Gestão Integrada – SGI, que implicará na maior automação de seus processos, rotinas e procedimentos, dando maior confiabilidade aos controle internos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A companhia mantém um processo de acompanhamento e tratamento das recomendações objeto da carta de controles internos emitida pelo auditor independente.

O documento relativo a 2012 sobre deficiências que possam comprometer o ambiente de controle e/ou a confiabilidade das demonstrações financeiras está sendo elaborado e as ações de correção serão implementadas, a fim de mitigar os riscos e eliminar danos ao seu patrimônio.

10.7 – DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS

10.7. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, já que a companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea “a”.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo.

10.8 – ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

10.9 – COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.9. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10 – PLANO DE NEGÓCIOS

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do Plano de Negócios da Companhia:

a) *Investimentos, incluindo:*

i) **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

O Orçamento de Investimento consolidado e registrado no Programa de Dispêndios Globais – PDG, realizado no exercício de 2012 somou R\$ 138,6 milhões, dos quais R\$ 8,3 milhões para aquisição e manutenção de software e equipamentos de tecnologia da informação (TI), R\$ 104,4 milhões para Implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), R\$ 25,5 milhões para Implantação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para Copa e Grandes Eventos e R\$ 0,5 milhões para instalações e equipamentos da Sede. Foi realizado, também, a inversão financeira de R\$ 1,5 milhões na referente a 30% do valor da participação da Telebras como acionista minoritário (49%) na Visiona Tecnologia Espacial S.A., com isso, o Dipêndio de Capital totalizou em R\$ 140,1 milhões.

Para o exercício de 2013, a Proposta do Orçamento de Investimento soma R\$ 560,8 milhões, dos quais R\$ 15,0 milhões para aquisição e manutenção de software e equipamentos de tecnologia da informação (TI), R\$ 216,1 milhões para Implantação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), R\$ 90,9 milhões para Implantação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para Copa e Grandes Eventos, R\$ 218,1 milhões para Lançamento de Satélite de Comunicações, R\$ 0,7 milhões para instalações e equipamentos da Sede e R\$ 20,0 milhões para construção da Sede própria. Há também a previsão da realização de R\$ 71,9 milhões referentes à inversões financeiras para Lançamento de Cabos Submarinos

A Empresa financia tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e recursos disponibilizados pelo Governo Federal, conforme registrado e aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Investimentos em 2012:

Investimentos	R\$ milhões	(%)
Manutenção e adequação de bens imóveis	0,4	0,30
Manutenção e adequação de bens móveis	0,1	0,04
Aquisição e manutenção em software e equipamentos de TI	8,2	5,96
Implantação do PNBL (equipamentos e pessoal de investimento)	104,4	75,30

Infraestrutura para a Copa e Grandes Eventos	25,5	18,38
Total	138,6	100%

Inversões Financeiras	R\$ milhões	
Participação acionária		1,5
Total		138,6

Dispêndios de Capital	R\$ milhões	
Investimentos no ativo imobilizado		138,6
Inversões financeiras		1,5
Total		140,1

Previsão de investimentos para 2013:

Investimentos	R\$ milhões	(%)
Manutenção e adequação de bens imóveis	0,4	0,07
Manutenção e adequação de bens móveis	0,3	0,05
Aquisição e manutenção em software e equipamentos de TI	15,0	2,68
Construção da Sede própria	20,0	3,57
Implantação do PNBL (equipamentos e pessoal de investimento)	216,1	38,53
Infraestrutura para a Copa e Grandes Eventos	90,9	16,21
Satélite de comunicações	218,1	38,89
Total	560,8	100%

Inversões Financeiras	R\$ milhões	
Cabos Submarinos		71,9
Total		138,6
Dispêndios de Capital	R\$ milhões	
Investimentos no Ativo Imobilizado		560,8
Inversões Financeiras		71,9
Total		632,7

ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A empresa utiliza como fonte de financiamento dos investimentos recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional e com recursos próprios, conforme segue:

Fontes dos Recursos	Em R\$ milhões	Em R\$ milhões
Recursos próprios	8,7	71,9
Aumento Patrimônio – Tesouro Nacional (direto)	0,0	218,1
Aumento Patrimônio - Tesouro Nacional (sobra de exercício)	131,4	342,7
Total	140,1	632,7

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há previsão de desinvestimento para o período.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia:

Investimentos 2013	R\$ milhões
Implantação do PNBL (equipamentos)	198,0
Infraestrutura para a Copa e Grandes Eventos	90,9
Total	288,9

Nossos investimentos em 2012 incluíram o seguinte:

Investimentos 2012	Em R\$ milhões
Infraestrutura	123,6
Total	123,6

c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços e incrementos:

Implantação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para Copa e Grandes Eventos, conforme consta do Plano Plurianual (PPA), Ação 147A, com previsão total de realização orçamentária de R\$ 200,00 milhões;

Lançamento de Cabo Oceânico ligando o Brasil à Europa, conforme previsto no Plano Plurianual (PPA), Ação 146Y, Com previsão total de realização orçamentária de R\$ 440,5 milhões;

Lançamento de Cabo Oceânico ligando o Brasil aos Estados Unidos, conforme previsto no Plano Plurianual (PPA), Ação 147C, com previsão total de realização orçamentária de R\$ 440,50 milhões;

Lançamento de Satélite de Comunicação, conforme consta do Plano Plurianual (PPA), Ação 146Z, com previsão total de realização orçamentária de R\$ 716,00 milhões;

Implantação de Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga (PNBL), conforme consta do Plano Plurianual (PPA), Ação 12OF, com previsão total de realização orçamentária de R\$ 6.773,78 milhões.

Construção da Sede própria da Telebras, conforme consta da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), para o exercício de 2013, Ação 111G, com previsão total de realização orçamentária de R\$ 20,0 milhões.

10.11 - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica

Brasília-DF, 1 de março de 2013.

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 2

2.a.PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e conforme previsto ainda no Estatuto Social no Art. nº 55, que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembleia Geral, que a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2012, no valor de R\$ 40.754.688,61 (quarenta milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), sejam utilizados para amortizar prejuízos apurados em exercícios anteriores e subtraídos à conta de Prejuízos Acumulados, cujo saldo de R\$ 497.064.220,56 (quatrocentos e noventa e sete milhões, sessenta e quatro mil duzentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) passará a ser R\$ 456.309.531,95 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), que remanescerão e serão utilizados para futura absorção de lucros.

Brasília-DF, 1 de março de 2013

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

De acordo com a Instrução CVM nº 481 – ANEXO 9-1-II de 17/12/2009 a Administração propõe a seguinte destinação a ser dada ao Resultado de suas Operações apurado no exercício social de 2012:

- 1) **Resultado Líquido** apurado em 31 de dezembro de 2012: **Lucro de R\$ 40.754.688,61;**
- 2) **Montante global e o valor por ação dos dividendos:** No exercício houve apuração de lucro e a Administração não propõe o pagamento de dividendos ou de juro sobre o capital próprio, tendo em vista ser prioridade a amortização do saldo de prejuízos acumulados apurados nos exercícios anteriores, conforme estipulado no art. 55 do Estatuto Social da Companhia;
- 3) O **percentual do lucro líquido do exercício distribuído é de 0% (zero)**, em função da apuração de lucro no exercício, destinar-se prioritariamente à amortização de prejuízos acumulados;
- 4) **Montante Global de Dividendos Distribuídos:** Considerando a apuração de lucros, que não são suficientes para amortizar o total de prejuízos acumulados em exercícios anteriores não há previsão para distribuição de dividendos com base em resultados de exercícios anteriores;
- 5) Não houve **dividendos antecipados e juros sobre o capital próprios, já declarados, tendo em vista** que mesmo com a apuração de lucros a prioridade da Administração é amortizar os prejuízos acumulados de exercícios anteriores, em conformidade com a previsão estatutária:
 - a) Não há **evidenciação de juros e dividendos sobre capital próprio, de forma segregada por ação** de cada espécie e classe, em função da apuração de lucros em 2012, que serão utilizados para amortizar prejuízos obtidos em exercícios anteriores;
 - b) **Forma e prazo de pagamento de dividendos e de juros sobre capital próprio, quando ocorrer:** Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo a seguir, pagos aos titulares das ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais. O saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições, O prazo para início dos pagamentos passa a contar 60 dias da data da declaração dos dividendos, e;

- c) **Eventual incidência de juros e atualização, quando for o caso:** Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros.
- d) Como houve apuração de lucros no exercício de 2012 não há data para **Declaração de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio**, para identificação dos acionistas com direito ao recebimento, tendo em vista que a proposta da Administração não contempla a distribuição do resultado apurado e sim a utilização deste valor para amortizar saldo acumulado de prejuízos apurados em exercícios anteriores.
- 6) **Declaração de dividendos e juros sobre capital próprio com base em apurações semestrais ou em períodos menores:** Em função da política de amortizar primeiro os prejuízos acumulados, sobre os lucros apurados mensalmente, não houve declaração de dividendos ou de juros sobre o capital próprio em períodos menores.
- 7) **Tabela comparativa indicando os valores:** Valores por ação de cada espécie e classe:

- a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

Descrição	2012	2011	2010	2009
Resultado por ação				
ON	0,41826	(0,43674)	(0,00001)	(0,00001)
PN	1,94042	(0,43674)	(0,00001)	(0,00001)

- b) Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio distribuídos no exercício e nos três exercícios anteriores:
Não houve distribuição no exercício, em função da política de amortização dos prejuízos apurados em anos anteriores, assim como não houve distribuição de dividendos nos três exercícios anteriores em função da apuração de prejuízos.
- 8) **Destinação de lucros à reserva legal:** Para 2012 a proposta da Administração não contempla a destinação de lucros para Reserva Legal em função da política de amortização do saldo de prejuízos acumulados anteriormente e nos demais exercícios não houve a referida destinação em função da apuração de prejuízos, conforme previsto no Estatuto Social, artigo 55.
- 9) **A Empresa não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos;**

- 10) **Em relação ao dividendo obrigatório:**
- a) A Empresa distribui no mínimo 25% dos lucros na forma de dividendos;
 - b) Os dividendos não estão sendo pagos, em função da adoção da política de amortização dos prejuízos apurados em exercícios anteriores, até que ocorra a sua amortização integral;
 - c) Montante eventualmente retido: O montante que está sendo retido conforme proposta da Administração corresponde ao total do Lucro Apurado no Exercício, a fim de amortizar parte do saldo de prejuízos acumulados de Exercícios Anteriores;
- 11) **Retenção de dividendo obrigatório, devido à situação financeira da Empresa;**
- a) A retenção de dividendos não decorre da situação financeira da Empresa, mas sim da estratégia adotada de primeiro amortizar os prejuízos acumulados apurados em exercícios anteriores;
 - b) Os comentários constam da avaliação dos diretores sobre as Demonstrações Contábeis, anexa às IPE;
 - c) A justificativa para adoção da medida de primeiro amortizar os prejuízos acumulados decorre da necessidade de acelerar os projetos de implantação do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, de modo a atender a missão institucional da Telebras.
- 12) **Havendo destinação de resultado para reserva de Contingências:** A Companhia provisiona suas contingências como despesas, com base no regime de competência e não destinou parte do resultado para reserva de contingência, o que ocorrerá após a amortização do saldo de prejuízos acumulados;
- 13) **Destinação de resultado para Reserva de Lucros a Realizar:** Não se aplica pela destinação de 100% do resultado para amortização dos prejuízos acumulados, conforme previsto no art. 55 do Estatuto Social;
- 14) **Destinação de resultado para reservas estatutárias:** Também não houve em função da amortização prioritária de prejuízos acumulados prevista no Estatuto Social;
- 15) **Retenção de Lucros prevista no orçamento de capital:** O orçamento de capital com a previsão de retenção de lucros para investimentos não foi elaborado e submetido à Assembleia Geral. A Diretoria propõe a utilização do lucro apurado no exercício social no montante de R\$ 40.754.688,61, para amortizar saldo de prejuízos acumulados, conforme previsto no Estatuto Social;
- 16) **Destinação de resultado para a Reserva de Incentivos Fiscais:** Não houve, devido à apuração de base de cálculo negativa para o resultado fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 3

3.a.ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho de Administração:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
CEZAR SANTOS ALVAREZ 222.268.260-68	59 Economista	Conselho de Administração Presidente do Conselho de Administração
CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES* 209.076480-53	56 Engenheiro de Telecomunicações	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)
MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS 776.055.601-25	35 Advogado	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)
MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO 158.543.988-69	41 Engenheiro de Telecomunicações	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)
DEMI GETSCHKO 829.487.988-68	60 Engenheiro Eletricista	Conselho de Administração Conselho de Administração (Efetivo)

*Presidente da Telebras é membro nato do Conselho de Administração.

A seguir Anexo I com as informações relativas aos indicados para membros do Conselho de Administração, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília-DF, 1 de março de 2013

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CURRÍCULOS - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. CEZAR SANTOS ALVAREZ

Estado Civil: Casado

Formação Acadêmica: Economista

Naturalidade: Santana do Livramento (RS)

Cezar Alvarez é Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações e Presidente do Conselho de Administração da Telebras.

Foi Chefe de Gabinete-Adjunto de Agenda do Presidente da República, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal, e recentemente foi designado Secretário Executivo do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital (CGPID).

É graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 2005, de acordo com orientação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desenvolveu e coordenou o Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos.

Em 2007, foi designado para coordenar todos os programas de inclusão digital desenvolvidos pelo Governo Federal, incluindo um Computador por Aluno, Computador Portátil para Professores e um projeto para promover a ampliação e qualificação dos telecentros comunitários.

No início do Governo Lula foi subsecretário-Geral da Presidência da República.

Na Prefeitura de Porto Alegre, de 1992 a 2002, ocupou os cargos de Assessor, Chefe de Gabinete do Prefeito e Subsecretário-Geral de Governo. Também ocupou os cargos de Secretário Municipal de Administração e de Secretário Municipal de Indústria e Comércio.

2. CAIO CEZAR BONILHA RODRIGUES*

É Presidente da Telebrás e membro nato* do Conselho de Administração,

Engenheiro de Telecomunicações Senior

Experiência Gerencial e Comercial em Empresas de porte (Alcatel, Elebra Telecon, Construtel) e em empresas nascentes (Celplan, Brampton Telecom, Sigmanet). Consultor Especializado em Tecnologias, Negócios e Estratégias para Empresas de

Telecomunicações e Energia.Consultor Senior da RNP encarregado do Plano de Negócios do PNBL que resultou na reativação da Telebrás.

Trinta e um anos de experiência no mercado de telecomunicações, abrangendo áreas como comutação, transmissão, acesso, gerência de rede, telefonia celular. Nestas áreas, realizou trabalhos de desenvolvimento de software, hardware, planejamento de sistemas, marketing, análise de tecnologias, transferência de tecnologia, análise de Empresas Operadoras, estudos de viabilidade e planejamento e análise de novos negócios e novas tecnologias.

Vinte e um anos de Experiência Comercial em empresas como Elebra Telecon, Alcatel, Construtel, Celplan, Brampton Telecom e Sigmanet.Experiência no mercado internacional como consultor, manager e engenheiro em países como Canadá (residência temporária), Espanha, Portugal, Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Uruguai, Colombia, Quênia, Angola e Estados Unidos (residência temporária).

Serviços de Consultoria para organismos multilaterais, como o World Bank (Regulatel/World Bank/ECLAC Project on Universal Access for Telecommunications in Latin America –2005/2006), UIT (Brazilian DAI) e CEPAL/ONU (Consultor Ad-hoc).Serviços de Consultoria prestados à Empresas de energia como Petrobrás, Grupo Eletrobrás, Grupo Cataguases, CTEEP, CEEE, AES, CPFL, Eletropaulo, Light, MAE, Elektro, Bandeirantes Energia, Infovias (Cemig) e outras.

Serviços de Consultoria prestados à Empresas Internacionais como Advent International Fund, AES, Matlin Patterson Fund, Hutchinson Whampoa, GTE, France Telecom, Korean Telecom, Deutsche Bank, AT&T LatAm, Kalba International Consulting, Arvana Int'l e outras.

Serviços de Consultoria prestados à Empresas nacionais de porte como Claro, UOL/Grupo Folha, TVA/Grupo Abril, Vivax, Pégasus, Iqara, CPqD, Odebrecht, Unibanco, Grupo Algar (CTBC Telecom e Engeredes), Grupo Cataguases, Eletropaulo Telecom, Light Telecom, Splice, MCom, CRT (Brasil Telecom), ADTP (GasBol), Schahin Telecom, COPPETEC, Alfa Engenharia, Sercomtel e outras.

Vinte e seis anos de experiência no desenvolvimento de projetos de telecomunicações com grande conhecimento dos padrões internacionais.

Membro do Grupo XI do Comitê Brasileiro da CCITT (ITU), com participação nos encontros do CCITT (Genebra), entre os anos de 1984 e 1993, e membro do IEEE.Conhecimentos do mercado nacional e internacional, com experiência em regulação, avaliação de negócios e mercados.

Treinamento na Europa e Canadá. Diversas publicações de trabalhos em revistas especializadas.

Engenheiro Eletricista e de Telecomunicações (UFRGS-1978) e Especialização em Telecomunicações (UNICAMP-1985).

Proficiência em inglês e espanhol.

3.MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

É Procurador-Geral Federal da Advocacia-Geral da União e membro do Conselho de Administração da Telebras.

Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, inclusive no magistério (Direito Administrativo, Direito Previdenciário e Direito Processual Civil).

Formação complementar 2006 - 2006 Extensão universitária em Responsabilidade Penal dos Agentes Públicos. (Carga horária: 36h).

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

2000 - 2000 Ordem Jurídica e Ministério Público.

Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios.

1997 - 1997 Extensão universitária em Semana Jurídica - Seminário. (Carga horária: 20h).

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

1996 - 1996 Extensão universitária em III Semana Jurídica/Universitária - Seminário. (Carga horária: 10h).

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

Atuação profissional

Procuradoria-Geral Federal, PGF, Brasil. Vínculo institucional 2002

- Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40

Outras informações Órgão vinculado à Advocacia-Geral da União - AGU, criado pela Lei nº 10.480/2002, e integrado pelas Procuradorias das autarquias e fundações públicas federais, inclusive da então Procuradoria-Geral do INSS Atividades 09/2008

- Atual Direção e administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Procurador-Geral Federal.

04/2007 - 08/2008 Direção e administração, Procuradoria-Geral Federal, Cargo ou função Subprocurador-Geral Federal.

05/2003 - 06/2004 Direção e administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios.

04/2003 - 05/2003 Direção e administração, Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Cargo ou função Coordenador-Geral do Contencioso Judicial - Interino.

Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil. Vínculo institucional

2000 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal, Carga horária: 40

Outras informações

Órgão ao qual estava vinculada a Procuradoria-Geral do INSS e, desde 07/2002, a Procuradoria-Geral Federal

Atividades

09/2002 - Atual Ensino, Nível: Outro. Disciplinas ministradas Conciliação e Arbitramento Juizados Especiais Federais Processo Judicial Eletrônico

01/2005 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Advocacia-Geral da União Cargo ou função Membro de Grupo de Trabalho sobre Reflexos e Implementação da EC nº 45 - Portarias AGU/PGF 4 e 16/2005.

12/2004 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Subcomissão de Acomp. dos Sistemas de Processos Judiciais Eletrônicos, Cargo ou função Membro - Representante da Consultoria-Geral da União.

07/2004 - 04/2007 Direção e administração, Consultoria-Geral da União, Cargo ou função Consultor da União.

12/2003 - 04/2007 Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Ações da Seguridade Social, Cargo ou função Membro - Representante da Procuradoria-Geral Federal.

Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil. Vínculo institucional

2010 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor
Outras informações Direito Previdenciário Avançado Atividades

08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário Avançado, Nível: Aperfeiçoamento. Disciplinas ministradas Direito Previdenciário Avançado Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP, Brasil. Vínculo institucional

2006 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Atividades

08/2010 - 08/2010 Ensino, Direito Previdenciário, Nível: Pós-Graduação. Disciplinas ministradas Juizado Especial Cível Federal e ações de concessão e de revisão de benefícios previdenciários

04/2007 - 12/2008 Ensino, Pós-Graduação Direito Constitucional Nível: Pós-Graduação

4. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

É Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações desde junho de 2011.

É membro do Conselho de Administração da Telebrás.

Nasceu em 1971, em Campinas/SP. É Engenheiro de Telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações – INATEL, de Santa Rita do Sapucaí –

MG, Mestre em Gerência de Telecomunicações pela Universidade de Strathclyde no Reino Unido. Advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Exerceu, antes de chegar ao Ministério, o cargo de Gerente Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da ANATEL, tendo ocupado outras posições Gerenciais e de Assessoria na Agência. Atuou como Engenheiro de Planejamento do Sistema TELEBRÁS. Foi representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações.

Titular de cargo efetivo de Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações desde 2005.

5.DEMI GETSCHKO

É Conselheiro do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) desde 1995 e Diretor-Presidente do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação) desde 2006.

É membro do Conselho de Administração da Telebras.

Engenheiro eletricista formado pela Escola Politécnica da USP (1975), com mestrado (1980) e doutorado (1989) em Engenharia pela mesma instituição. Trabalhou no Centro de Computação Eletrônica (CCE) da USP (1971-1985) e no Centro de Processamento de Dados da FAPESP (1986-1996). Nesse período foi coordenador de operações da RNP e participou do esforço da implantação de redes no país. Foi um dos responsáveis pela primeira conexão TCP/IP brasileira, que ocorreu em 1991, entre a FAPESP e a ESN (Energy Sciences Network), nos Estados Unidos, por meio do Fermilab (Fermi National Accelerator Laboratory). Foi Diretor de Tecnologia da Agência Estado, empresa do Grupo Estado, em dois períodos: entre 1996 e 2000, e novamente entre 2002 e 2005. Foi Vice-Presidente de Tecnologia do IG entre 2000 e 2001. Foi, ainda, professor da Escola Politécnica da USP, e hoje é Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde leciona Arquitetura de Computadores e onde também coordena o laboratório da camada 2 do Projeto KyaTera. Atuou como membro da diretoria da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) pela ccNSO (Country Code Names Support Organization), eleito para o período de 2005-2007, e reeleito para 2007-2009.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 4

4.a.ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS SUPLENTE

(Item 12.6 da Instrução CVM 480)

O acionista controlador indica os seguintes nomes para composição do Conselho Fiscal:

Nome CPF	Idade Profissão	Órgão Administração Cargo eletivo a ocupar
ULYSSES CESAR AMARO DE MELO 291.260.291-20	50 Advogado	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
FRANCISCO DO NASCIMENTO DANTAS 220.635.521-34	52 Contador	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES 012.188.207-13	44 Advogada	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
MARCELO MENDES BARBOSA 030.605.706-98	33 Administração Pública	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Comunicações
JOSÉ CORDEIRO NETO 281.724.181-91	50 Administrador	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Efetivo) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda
João Carlos Ferreira 223.940.521-04	51 Economista	Pertence apenas ao Conselho Fiscal C. F. (Suplente) Indicado p/Controlador - Min. Fazenda

A seguir Anexo II com as informações relativas aos indicados para membros do Fiscal e respectivos suplentes, conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência (Art. 10 da Instrução CVM 481).

Brasília, 1 de março de 2013

Caio Cezar Bonilha Rodrigues

Presidente

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO FISCAL - Item 12.8 da Instrução CVM 480

1. ULYSSES CESAR AMARO DE MELO

É presidente do Conselho Fiscal da Telebrás.

Administrador e Advogado da União da Advocacia-Geral da União

Experiência Profissional – Ministério das Comunicações -Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, desde janeiro de 2011.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática, de set/2005 a jan/2011

Ministério da Cultura - Consultor Jurídico. Assessora o Ministro da Cultura em assuntos de natureza jurídica, exercendo ainda a coordenação e orientação técnica das unidades jurídicas vinculadas ao Ministério; Jan/2003 – Set/2003.

Ministério da Cultura - Secretário-Executivo. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e Coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades Vinculadas ao Ministério, atuando ainda como Ministro Interino, quando dos eventuais afastamentos do titular da Pasta. Abr/2002 – Jan/2003.

Ministério da Cultura - Brasília-DF - Ministro de Estado da Cultura, Interino - Nov/2001.

Ministério da Cultura- Brasília-DF - Secretário-Executivo/Interino. Acumulando com as atividades de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Auxilia o Ministro da Cultura na supervisão e coordenação das atividades executadas pelas Secretarias e Entidades vinculadas ao Ministério. Out/2001 – Abr/2002.

Ministério da Cultura -Brasília-DF - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Supervisão e Coordenação da execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, orçamento, organização e modernização

administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. jul/1999 – abr/2002.

Ministério da Cultura Brasília-DF - Subsecretário de Assuntos Administrativos. Supervisão e Coordenação execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de organização e modernização administrativa, logística, recursos humanos e financeiros, serviços de informação e informática. Jan/1995-Jul/1999.

Ministério do Bem-Estar Social - Brasília-DF - Coordenador Regional de Programas. Atuação como Secretário de Administração Geral-Adjunto e Substituto do Secretário, coordenando a execução das atividades referentes à administração de material, obras, transportes, patrimônio, recursos humanos, comunicações administrativas, serviços de informação, recursos financeiros, planejamento e orçamento. Ago/1993-Jan/1995.

Ministério do Bem-Estar Social -Brasília-DF - Assessor do Secretário de Administração Geral. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Nov/1992 – Ago/1993.

Ministério da Infra-Estrutura Brasília-DF - Assessor do Secretário Nacional de Transportes. Análise de processos/documentos, elaboração de Pareceres/Informações/Notas e demais correspondências do Secretário. Coordenação das Assembleias Gerais das entidades vinculadas ao Ministério. Mar/1990 - Nov/1992.

Ministério dos Transportes-Brasília-DF-Assessor do Secretário de Controle Interno, Análise de Processos Licitatórios, emissão de Pareceres/Informações relativas à gestão orçamentária-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério. Ago/1988 – Mar/1990.

2.FRANCISCO DO NASCIMENTO DANTAS

É membro suplente do Conselho Fiscal da Telebrás.

Técnico de Finanças e Controle - Ministério da Fazenda e Ministério das Comunicações- Graduado em Ciências Contábeis - Faculdades Integradas da UPIS-UPIS;- Especialização em Contabilidade Pública – Universidade de Brasília – UnB- Administração Contábil, Orçamentária, Financeira, Contratual Pública - ESAF

3.LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES

É membro efetivo do Conselho Fiscal da Telebrás.

Advogada, formada em 1991 pela Faculdade Cândido Mendes-RJ. Cargo Efetivo: Procuradora da Fazenda Nacional de Categoria Especial. Função Atual: Subsecretária de Serviços Postais e de Governança de Empresas Vinculadas, do Ministério das Comunicações – desde fevereiro de 2011. Experiência Profissional Advogada (OAB-DF 13.709), formada em 1991 pela Faculdade de Direito Cândido Mendes – Núcleo Centro – Rio de Janeiro. De 1992 a 1993, exerceu o cargo de Técnico Judiciário Juramentado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após

aprovação em concurso público. Em 1993, ingressou, igualmente após concurso público, na carreira de Procurador da Fazenda Nacional, passando a atuar, de março de 1994 a abril de 2007, na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, especializada nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) representação da União nas assembleias de sociedades empresárias controladas ou não pela União; (ii) exame de matérias de interesse das sociedades empresárias estatais federais, tais como aumento de capital, com ou sem subscrição de novas ações, renúncia e cessão do direito de subscrição de ações, distribuição de lucros ou resultados, acordos de acionistas, elaboração e alteração de Estatutos Sociais; (iii) exame de propostas de reestruturação societária das sociedades de economia mista e das empresas públicas da União, englobando cisão, fusão e incorporação; e (iv) consultoria jurídica relativa a diversos assuntos de interesse da acionista União, com destaque para questões relacionadas ao funcionamento e às atribuições dos Conselhos de Administração e Fiscais, bem como nas relativas à remuneração dos administradores e conselheiros de sociedades empresárias estatais federais. De julho de 2003 a abril de 2007 exerceu o cargo em comissão de Assistente do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, e, cumulativamente, na Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União, exerceu os cargos de substituta eventual do Coordenador-Geral e substituta da Coordenadora, no período compreendido entre setembro de 2002 e abril de 2007. De 1995 a 2007, participou do Conselho Fiscal da (1) Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, (2) da Rede Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S.A. - AGEF, (3) do Banespa Cartões S.A., (4) da BEG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., (5) do Banco do Nordeste do Brasil S.A. e (6) da Casa da Moeda do Brasil. De maio a novembro de 2007, exerceu o cargo em comissão de Coordenadora na Coordenação-Geral de Gestão Cooperativa das Estatais do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De novembro de 2007 até janeiro de 2011, exerceu o cargo de Coordenadora-Geral de Gestão Corporativa das Estatais no DEST/MPOG. De dezembro de 2009 a dezembro de 2011, representou o Ministério do Planejamento como Conselheira de Administração da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. Participou, como representante do Brasil, do Primeiro e do Segundo Encontro da Rede Global sobre Privatização e Governança Corporativa das Empresas Estatais, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento - OCDE, em Paris, França, nos períodos de 3 a 7 de março de 2008 e de 28 de fevereiro a 4 de março de 2010, respectivamente. Participou, como representante do Brasil, do Primeiro Encontro da Rede Sul-Africana sobre Governança Corporativa das Empresas Estatais, organizado pela OCDE, em parceria com o Banco Sul-africano de Desenvolvimento, na Cidade do Cabo, África do Sul, no período de 4 a 8 de maio de 2008. Participou do Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto s/nº de 22/10/2008, com a finalidade de elaborar e propor diretrizes para a modernização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, conforme Portaria/MC nº 1.238, de 31/12/2008. Desde fevereiro de 2011 até a presente data, exerce o cargo acima.

4. MARCELO MENDES BARBOSA

É membro suplente do Conselho Fiscal da Telebrás.

Formação Acadêmica: Administração Pública Pós-graduado em Gestão Pública

Naturalidade: Pará de Minas - Minas Gerais

Assessor do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações

2005/2006 – trabalhou na Superintendência de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde MG

2006/2007 – trabalhou na Secretaria de Estado de Fazenda, na Administração Fazendária de Pará de Minas – MG

2007/2008 – trabalhou na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, na Diretoria Central de Modernização da Gestão – MG

2008/2008 – Chefia de Gabinete do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

2009/2009 – Ministério do Esporte. Mapeamento dos processos da lei de Incentivo ao Esporte

2009/2011 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais , Coordenação-Geral de Gestão Corporativa das Estatais e Assessoramento ao Grupo Executivo da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR

2011/2012 – Ministério das Comunicações, Assessor e Chefe de Gabinete Substituto do Secretário-Executivo.

5. JOSÉ CORDEIRO NETO

É membro efetivo do Conselho Fiscal da Telebrás.

Pós-Graduação na Fundação Getúlio Vargas – FGV – Cursos: Pós-Graduação Lato Sensu em Economia do Setor Público. Título: Especialista.

Realizou trabalhos de auditoria de Recursos Externos nos projetos de investimentos financiados pelo BIRD;

Realização de trabalho de auditoria de gestão do Banco do Brasil, STN e Superintendência da Receita Federal 1ª Região;

Assessor do Secretário do Tesouro Nacional

Conselheiro Fiscal representante do STN nas seguintes empresas: FUNAI, Manaus Energia S/A, Liquigás Distribuidora, Eletronorte;

Conselheiro Fiscal representante do Ministério da Fazenda da Agência Especial Brasileira – AEB;

Conselheiro de Administração (suplente) na empresa Norte Energia S/A;

Representante do Ministério da Fazenda nos seguintes grupos executivos: de recuperação da economia do Estado do Espírito Santo e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014;

Substituto do Chefe de Gabinete da STN; Gerente de Investimento Público da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Investimento Público-COAPI da STN;

Coordenador da Coordenação-Geral de Análise Econômico-Fiscal de Projetos de Investimento Público.

6.JOÃO CARLOS FERREIRA

É membro suplente do Conselho Fiscal da Telebrás.

Graduação em Ciências Econômicas – 1985 – UCB; Pós-graduação em Análise de Sistemas – 2000 – UCB; Pós-graduação em Administração Financeira – 2003 – FGV.Servidor público:IBAMA – 1981 a 1984; CODEPLAN – 1984 a 1989; Bancário: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – 1989 e Cedido à Secretaria do Tesouro Nacional – 11/2000; Gerente de Projetos da COPEM – 01/2011 – 01/2012; Gerente da COPEM – 02/2012 ; Cursos de Especialização: Matemática Financeira - Local: Cecília Menon; Access Avançado - Local: CENTRESAF/DF; Finanças Públicas - Local: CENTRESAF/DF; Mercado Financeiro – Análise Técnica: Fundamentos e Prática - Local: CMA Educacional; JAVA - Local: SENAC

Com relação aos demais itens da Instrução da CVM 480, informamos:

12.7 – Não se aplica.

Os nomes indicados acima, nos anexos I e II, relativos aos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Suplentes:

12.8 – b) i. ii. iii.

Em atendimento ao disposto no item 12.8.b do Formulário de referência anexo à Instrução da CVM 480/09, **todos** os indicados para eleição supracitados declararam que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos não sofreram **condenação criminal**, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 .Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos indicados e:

(a) Administradores da Telebrás:
Não há.

(b) (i) administradores da Telebrás e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Telebrás:

Não há.

(c) (i) administradores da Telebrás ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Telebrás:

Não há.

(d) (i) administradores da Telebrás e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Telebrás:

Não há.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicado e:

(a) Sociedade controlada, direta ou indireta, pela Telebrás:

Não aplicável

(b) Controlador direto ou indireto da Telebrás.

Não aplicável

(c) Caso seja relevante, informar tais relações com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Telebrás, de suas controladas ou controladoras ou de controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS

ITEM 5

5.a.FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL FIXA E VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES E CONSELHO FISCAL PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA 2013 E A DATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO ANO DE 2014:

- R\$ 3.296.253,78 (três milhões, duzentos e noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).

DISCRIMINAÇÃO (Período abril/2013 a março/2014)	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Honorários	2.258.495,48	328.938,36	206.560,44	2.793.994,28
Benefícios Diretos e Indiretos	502.259,50			502.259,50
Total	2.760.754,98	328.938,36	206.560,44	3.296.253,78

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009

Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009. A Companhia possui um conselho de administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Presidente e de até 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes. Um dos membros do conselho de administração integra a Diretoria-Executiva.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, remetida à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com vistas a subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembléia Geral de Acionistas,

a) Objetivos da política ou prática de remuneração;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

b) Composição da remuneração:

A DEST sugeriu ao acionista majoritário a seguinte composição de remuneração:

Honorários;

13º Salário;

Adicional de Férias;

Abono Pecuniário de Férias;

Quarentena;

Ajuda de Custo:

Despesas de Transportes;

Auxílio Alimentação;

Auxílio Moradia;

Seguro de Vida em Grupo;

Assistência Hospitalar, Médica e Odontológica e Auxílio Medicamentos.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários: retribuição mensal;

13º Salário: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido ao diretor por ocasião de férias;

Abono Pecuniário de Férias: parcela correspondente a 1/3 da soma do honorário e adicional de férias, no caso da opção por férias de 20 dias;

Quarentena; valor correspondente a 4 retribuição mensal de honorário de diretor; conforme Estatuto Social da Telebrás Art. 34;

Ajuda de Custo: é a importância paga para indenizar despesas de viagem, mudança, instalação e outros gastos não previstos nos itens 4.04 e 4.05 da Diretriz nº 222, por ocasião do deslocamento para localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem;

Despesas de Transportes: são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2 (dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;

Auxílio Alimentação: parcela indenizatória para reembolso de despesas com alimentação;

Auxílio Moradia: parcela indenizatória a ser concedido em conformidade com o Decreto nº 3.255, de 19.11.1999;

Seguro de Vida em Grupo: parcela destinada a cobertura de 50% do valor do prêmio de seguro de vida em grupo;

Assistência Hospitalar, Médica e Odontológica e Auxílio Medicamentos (Benefícios Sociais): parcelas destinadas a reembolso com despesas para o tratamento de saúde.

NOTA: Os honorários dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, são fixados em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, seguro de vida em grupo, seguridade social e benefícios sociais.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

- Honorários: 46,27%
- 13º Salário: 3,85%
- Adicional de Férias: 1,72%
- Abono Pecuniário de Férias: 1,29%
- Quarentena: 15,42%
- Ajuda de Custo: 7,71%
- Despesas de Transportes: 2,31%
- Auxílio Alimentação: 1,01%
- Auxílio Moradia: 2,62%
- Seguro de Vida em Grupo: 0,09%
- Assistência Hospitalar, Médica e Odontológica e Auxílio Medicamentos (Benefícios Sociais): 1,43%
- Honorários do Conselho de Administração: 9,97%
- Honorários do Conselho Fiscal: 6,31%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;

A política ou prática de remuneração dos administradores da TELEBRÁS é definida pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST

f) existência de remuneração suportada por controladas, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável

13.2. REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Prevista para 31/12/2013	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	325.727,68	1.691.334,25	203.579,80	2.220.641,73
Benefícios diretos e indiretos	N/A	819.332,47	N/A	819.332,47
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A

Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	325.727,68	2.510.666,72	203.579,80	3.039.974,20

Posição em 31/12/2012	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	306.110,99	1.587.468,14	184.610,32	2.078.189,45
Benefícios diretos e indiretos	N/A	140.461,40	N/A	140.461,40
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A

Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	306.110,99	1.727.929,54	184.610,32	2.218.650,85

Posição em 31/12/2011	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	284.719,37	1.399.818,17	175.684,18	1.860.221,72
Benefícios diretos e indiretos	N/A	239.316,03	N/A	239.316,03
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	284.719,37	1.639.134,20	175.684,18	2.099.537,75

Posição em 31/12/2010	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	8	4	5	17
Remuneração fixa anual (em R\$)				
Salário / pró-labore	174.279,00	812.373,00	145.361,00	1.132.013,00
Benefícios diretos e indiretos	N/A	65.983,00	N/A	65.983,00
Participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração variável	N/A	N/A	N/A	N/A
Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
Outros (ILP)	N/A	N/A	N/A	N/A
Encargos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-emprego	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pela cessão do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração baseada em ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total Geral	174.279,00	878.356,00	145.361,00	1.197.996,00

13.3. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL:

Não há remuneração variável.

13.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5. AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS,

EMITIDOS PELA COMPANHIA, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

ORGÃO	ON	PN
CA	282	26.171
CF	5	41.305

DIRETORIA

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO A CADA OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES; (I) A DATA DE OUTORGA; (II) QUANTIDADE DE OPÇÕES OUTORGADAS; (III) PRAZO PARA QUE AS OPÇÕES SE TORNEM EXERCÍVEIS; (IV) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (V) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (VI) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES: (I) EM ABERTO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL; (II) PERDIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (III) EXERCIDAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; (IV) EXPIRADAS DURANTE O EXERCÍCIO SOCIAL; D) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NA DATA DE OUTORGA; E E) DILUIÇÃO POTENCIAL EM CASO DE EXERCÍCIO DE TODAS AS OPÇÕES OUTORGADAS:

Não há remuneração baseada em ações.

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES NÃO EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) DATA QUE SE TORNARÃO EXERCÍVEIS; (III) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (IV) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (V) PRAZO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (VI) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; E D) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCÍVEIS; (I) QUANTIDADE; (II) PRAZO MÁXIMO PARA EXERCÍCIO DAS OPÇÕES; (III) PRAZO DE RESTRIÇÃO À TRANSFERÊNCIA DAS AÇÕES; (IV) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; (V) VALOR JUSTO DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL; (VI) VALOR JUSTO DO TOTAL DAS OPÇÕES NO ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Não há opções.

13.8. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS: A) ÓRGÃO; B) NÚMERO DE MEMBROS; C) EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE EXERCÍCIO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS OPÇÕES EXERCIDAS; E D) EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES ENTREGUES INFORMAR: (I) NÚMERO DE AÇÕES; (II) PREÇO MÉDIO PONDERADO DE AQUISIÇÃO; E (III) VALOR TOTAL DA DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE AQUISIÇÃO E O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES ADQUIRIDAS:

Não há opções exercidas e nem ações entregues.

13.9. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.6 A 13.8 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES), INDICANDO: A) MODELO DE PRECIFICAÇÃO; B) DADOS E PREMISSAS UTILIZADAS NO MODELO DE PRECIFICAÇÃO, INCLUINDO O PREÇO MÉDIO PONDERADO DAS AÇÕES, PREÇO DE EXERCÍCIO, VOLATILIDADE ESPERADA, PRAZO DE VIDA DA OPÇÃO, DIVIDENDOS ESPERADOS E A TAXA DE JUROS LIVRE DE RISCO; C) MÉTODO UTILIZADO E AS PREMISSAS ASSUMIDAS PARA INCORPORAR OS EFEITOS ESPERADOS DO EXERCÍCIO ANTECIPADO; E D) FORMA DE DETERMINAÇÃO DA VOLATILIDADE ESPERADA; (E) SE ALGUMA OUTRA CARACTERÍSTICA DA OPÇÃO FOI INCORPORADA NA MENSURAÇÃO DE SEU VALOR JUSTO:

Não há informações para a compreensão dos dados mencionados, em vista desses dados não existirem.

13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS:

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2010 (REALIZADO)			
	QUANT	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	6	237.051,81	52.577,78	144.814,80
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	13	29.129,49	7.429,13	18.279,31
CONSELHO FISCAL	7	23.129,49	2.694,60	15.912,05
ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2011 (REALIZADO)			
	QUANT	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)

DIRETORIA		4	416.672,18	42.093,64	349.954,54
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		8	36.209,46	1.610,08	35.589,92
CONSELHO FISCAL		5	36.209,46	9.105,41	35.136,84

ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2012 (REALIZADO)			
	QUANT	Valor da maior remuneração individual (anual)	Valor da menor remuneração individual (anual)	Valor médio de remuneração individual (anual)
DIRETORIA	4	453.263,64	368.125,00	412.272,73
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	8	38.263,70	38.263,70	38.263,70
CONSELHO FISCAL	5	38.263,70	36.850,08	36.922,07

13.12 ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA):

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

		2012	2011	2010
Conselheiro de Administração	de	62,83%	74,56%	67,89%
Diretoria		100%	100%	100%
Conselho Fiscal		59,90%	58,78%	60,11%

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS:

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES:

Nada a acrescentar.